



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo n.	8852/2023
Data de Início	27/04/2023
Folha	46
Rubrica	

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Processo administrativo n. 8852/2023

Recurso administrativo ao pregão presencial n. 007/2023

À Comissão Permanente de Licitação (CPL),

A **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, vem, em atenção ao recurso administrativo interposto pela empresa **SOLUÇÕES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA – CNPJ n. 09.445.502/0001-09**, às fls. 03-15, informar e requerer o que segue.

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa **SOLUÇÕES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA – CNPJ n. 09.445.502/0001-09**, ora recorrente, em face da decisão que a habilitou e declarou a empresa **MONÃ CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA**, vencedora do certame para os itens n. 1 a 5.

A recorrente alega, em síntese, que a empresa recorrida não apresentou atestado de capacidade técnica capaz de atender à exigência prevista pelo edital, relativa aos serviços de locação de mão de obra com alocação de motoristas profissionais.

Em contrarrazões, a empresa **MONÃ CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA**, se manifestou pelo indeferimento do recurso interposto pela recorrente, sustentando que as exigências editalícias de qualificação técnica referem-se à gestão de mão de obra e que o atestado apresentado comprovava a alocação de 30 (trinta) profissionais e veículos, cada, havendo atendimento ao disposto pelo edital.

A Comissão Permanente de Licitação, às fls. 36-39, **manifestou-se pelo indeferimento do recurso**, sustentando que a capacidade técnica das licitantes é aferida pela comprovação da execução de serviços de gestão de mão de obra, o que se amolda aos preceitos legais e jurisprudenciais relativos à matéria. Ademais, em razão da natureza e importância da matéria, encaminhou os autos para manifestação da Procuradoria Geral do Município e da Secretaria Requisitante.

A Procuradoria Geral do Município, nos termos dispostos pelo Parecer GPG n. 388/PGM/2023, às fls. 40-45, de 9 de maio de 2023, opinou em sentido semelhante à CPL, ou seja, pelo

Secretaria de Educação
Rua Barcelar da Silva Bezerra, n. 105 - Centro, Maricá-RJ
CEP 24.942-395



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo n.	8852/2023
Data de Início	27/04/2023
Folha	47
Rubrica	\$

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

indeferimento do recurso, submetendo os autos à análise da Secretaria Requisitante para elucidar a existência de complexidade ou especialidade dos serviços.

É o relatório.

Em que pesem os esforços empreendidos pela recorrente, depreende-se pela análise dos documentos acostados, bem como das manifestações exaradas pela Comissão Permanente de Licitação e pela Procuradoria Geral do Município, que não merecem prosperar as razões recursais.

A capacidade técnica deve se limitar a comprovação da execução de serviços similares, não se admitindo, ao menos sem prévia justificativa, a exigência de serviços e/ou metodologias específicas. No caso concreto, o procedimento licitatório objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos com e sem motoristas, ou seja, há a prestação do serviço de locação de bens (veículos) cumulada com o serviço de alocação de mão de obra. É notória que a capacidade técnica das licitantes possa ser comprovada pela apresentação de atestados de gestão de mão de obra, em que se demonstre a capacidade de gerenciamento de pessoal.

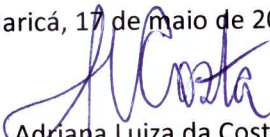
Nesse sentido, não se vislumbra qualquer irregularidade ao se analisar o atestado apresentado pela recorrida, considerando que o procedimento visa aferir a capacidade de gestão de mão de obra. Apesar da atividade de motorista exigir certa especialidade, não se verifica a especificidade necessária para justificar a comprovação do exercício de atividades idênticas ou mesmo similares, o que encontra respaldo na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, *in fine*:

Em regra, as exigências para demonstração da capacidade técnico-operacional devem se limitar à comprovação de execução de obras e serviços similares ou equivalentes, não se admitindo, sem a devida fundamentação, a exigência de experiência em determinado tipo de metodologia executiva, a exemplo da comprovação da realização de serviços de dragagem mediante sucção e recalque, em detrimento de outros sistemas.

(Acórdão n. 1742/2016, Rel. Min. Bruno Dantas, Plenário, j. 06.07.2016)

Desse modo, as alegações da recorrente não encontram qualquer amparo legal ou fático, o que enseja o **indeferimento do recurso interposto, mantendo-se a decisão de habilitação e que declarou a empresa recorrida vencedora do certame.**

Maricá, 17 de maio de 2023.


Adriana Luiza da Costa
Secretária de Educação
Mat. n. 106.010